

Iniciada em 1572 com a impressão de *Os Lusíadas*, a transmissão do legado camoniano foi condicionada não só por práticas editoriais, mas também por leituras e apropriações que, conferindo-lhe um lugar e atribuindo-lhe um valor em relação a outros bens simbólicos, garantiram a sua permanência na memória cultural ocidental. Se, por um lado, Camões foi aclamado *príncipe dos poetas* em Portugal na passagem do século XVI ao XVII, é apenas ao longo dos séculos XVIII e XIX que escritores conferiram-lhe o eixo central do sistema literário português. Se, por outro lado, o legado camoniano esteve vinculado ao patrimônio cultural espanhol ao longo dos séculos XVI e XVII, é apenas na virada do século XVIII para o XIX que a sua associação simbólica a Portugal ganhou evidência. Assim, conformou-se certa continuidade na sua recepção, ainda que por meio de transmissões descontínuas, culminando na sua inclusão e permanência no cânone literário europeu.

A *longa* leitura do legado camoniano empreendida por Ferdinand Denis abarca um momento significativo desse processo de transmissão e recepção, uma vez que ela, prolongando-se da publicação de *Camões e José Índio* em 1823 até a impressão póstuma de *Camões no Almanaque das musas* em 1891, vincula-se, tanto retrospectiva quanto prospectivamente, a diversas outras leituras que fundamentam a maneira como o concebemos em pleno século XXI. Dessa maneira, após ter traduzido *Camões e José Índio*, pretendemos elaborar a maneira como Denis lê e concebe o legado camoniano nessa obra, atribuindo-lhe sentido e valor, e abordar a apropriação por ele feita de fontes primárias para a sua composição. Esperamos explicitar, assim, os pontos de convergência entre leituras anteriores que ele incorpora, como a biografia do poeta e a história da batalha de Alcácer Quibir escritas por Manuel Faria Souza, e explorar a natureza exegética e dialógica da conformação de um cânone, central no processo de transmissão do patrimônio literário e decisiva na mediação entre passado e presente.